



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Gabinete da Secretária Regional

Assunto: Intervenção da secretária do Ambiente e do Mar no debate do programa do Governo

Horta, 10 de Dezembro de 2004 – Intervenção da secretária do Ambiente e do Mar no debate do programa do Governo

Texto integral da intervenção da secretária regional do Ambiente e do Mar, Ana Paula Marques, no debate parlamentar do programa do IX Governo Regional dos Açores:

“Começo por saudar vossa excelência, senhor presidente, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das altas funções que irá desempenhar na qualidade de presidente desta Assembleia.

Quero também desejar a todos os senhores deputados as maiores felicidades e, desde já, manifestar a minha total disponibilidade para convosco estabelecer um diálogo que salvguarde os interesses dos Açorianos.

Não há desenvolvimento sustentado sem preservação do Ambiente. É um bem comum que todos somos chamados a defender e que iremos legar aos nossos filhos. De facto, de nada vale preocuparmo-nos com a floresta da Amazónia ou com o buraco do ozono se formos indiferentes à qualidade do Ambiente do nosso concelho ou da nossa Região.

A aposta no Ambiente implica a mudança de comportamentos na nossa vida quotidiana e a assunção de uma nova atitude em relação ao mundo que nos rodeia.

O Arquipélago dos Açores é uma região com elevados padrões de qualidade ambiental, preservando uma riqueza natural de inquestionável valor que importa saber preservar e potenciar.

Há quatro anos, quando o VII Governo Regional dos Açores criou a Secretaria Regional do Ambiente, num claro reconhecimento político da importância crescente e transversal do Ambiente em toda a área da governação, iniciou-se um projecto que constitui um grande desafio, um enorme desafio, que vai exigir uma grande audácia, um grande empenhamento de todos, sobretudo agora que, pela orgânica do IX Governo Regional, para além das competências da gestão dos recursos hídricos, faunísticos e reservas naturais, ordenamento do território e urbanismo, orlas costeiras, adquiriu também competências na área das Pescas, incluindo os respectivos sectores de transformação e comercialização.

O Mar dos Açores tem um dos ecossistemas mais ricos do Mundo. A investigação nas fontes hidrotermais pode contribuir até para dar novos rumos à Medicina. A investigação científica que se faz aqui nos Açores, no Departamento de Oceanografia e Pescas, tem vindo a merecer destaque e reconhecimento nas páginas de importantes publicações nacionais e estrangeiras. É um trabalho que prestigia quem o realiza, e do qual todos nós nos devemos orgulhar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Gabinete da Secretária Regional

O Mar constitui um recurso de inegável valor na Região Autónoma dos Açores, do qual depende o nosso desenvolvimento, quer através da exploração dos produtos da Pesca, quer pela crescente importância na actividade turística e desportos náuticos, quer ainda no âmbito da investigação científica.

A questão da classificação de áreas marinhas protegidas, quer a nível regional, quer a nível internacional, carece de um extenso debate interno sobre a matéria, com as diferentes entidades competentes e utilizadores, no sentido de se chegar a um consenso sobre a visão e os objectivos da gestão dos recursos marinhos dos Açores, numa perspectiva integrada para toda a ZEE, sendo que estes deverão ser articulados com a estratégia nacional para os oceanos.

O VIII Governo Regional dos Açores deu passos significativos para a resolução dos problemas ambientais.

Nesta legislatura, assumiremos os compromissos já lançados e iremos implementar outros que consideramos estratégicos para o desenvolvimento sustentável da Região.

Neste sentido, continuaremos a implementar uma política global de desenvolvimento sustentável que permita aos Açores ser uma região exemplar no contexto nacional e europeu, de elevada qualidade ambiental.

Constitui pois um imperativo a criação da Inspecção Regional do Ambiente para uma melhor qualidade ambiental. É necessário não só definir estratégias, mas fiscalizar e fazer aplicar a legislação existente. É uma prioridade que a muito curto prazo, e através da revisão da Lei Orgânica da Secretaria Regional, passará a estar instituída.

O Ordenamento do Território é um investimento fundamental de gestão do Ambiente, evitando a utilização desregrada dos recursos naturais, procurando-se compatibilizar espacialmente as vertentes que balizam o desenvolvimento, como sejam os factores de ordem económica, ambiental, social e cultural. Neste âmbito, desenvolver-se-á ao longo desta legislatura o Plano Regional do Ordenamento do Território, já adjudicado.

Iniciaremos o processo da implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das ilhas de S. Miguel, Terceira e S. Jorge.

Continuaremos a reforçar as acções desenvolvidas de correcção e naturalização dos leitos e margens dos cursos de água, bem como apoiaremos as Juntas de Freguesia no âmbito da regularização e limpeza das ribeiras.

Ao nível da promoção da Educação Ambiental, o Governo prosseguirá uma política de promoção e sensibilização ambiental, através da conclusão da implementação da Rede Regional de Ecotecas. E continuará a investir na prossecução dos projectos de intervenção em áreas protegidas, nomeadamente ao nível da requalificação paisagística e da instalação de centros de recepção e de interpretação associados à Educação e sensibilização ambientais, bem como a sua adequação a zonas de turismo de lazer.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Gabinete da Secretária Regional

Importa igualmente promover um crescimento económico capaz de compatibilizar o aumento da produtividade e da riqueza com o recurso crescente a energias renováveis, a diminuição dos consumos de energias poluentes e a protecção integrada dos recursos hídricos. Destaco, como medida mais importante, a implementação da Estratégia Regional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Vamos prosseguir com a reclassificação de áreas protegidas existentes e com a classificação de novas áreas protegidas, criando uma coesa e moderna rede regional de áreas protegidas, dotada de legislação actual e de órgãos de gestão mais consentâneos com os designios maiores de conservação da natureza e da paisagem, de protecção da biodiversidade e de manutenção da qualidade ambiental das ilhas. Implementaremos a política de dotação de mecanismos transparentes e universais de planeamento e gestão para as áreas classificadas ambientalmente.

Especial relevo vai ser dado à gestão de habitats e espécies classificadas ambientalmente através de legislação comunitária, vulgo Rede Natura 2000. Terminado que foi, na anterior legislatura, a realização de todos os planos de gestão para estas áreas, quer terrestres quer marinhas, terminada que foi a elaboração do plano chapéu de Gestão Global para toda a Rede Natura 2000, vamos prosseguir com a discussão pública horizontal e a tramitação legislativa necessária para que esta importante rede ambiental se torne também ela um motor e um garante de desenvolvimento equilibrado entre pessoas, paisagem e espécies animais e vegetais. Contamos, neste capítulo, desenvolver esforços junto das entidades competentes a nível nacional e comunitário para um correcto financiamento suplementar a que a Região tem direito, pelo facto de ser a única região biogeográfica da União Europeia, com a sua rede aprovada e com o respectivo plano sectorial de gestão, igualmente finalizado.

Por fim, neste capítulo da conservação da natureza, cabe ainda referir a especial importância que damos à geodiversidade do arquipélago e que está bem reflectida na prossecução de uma política de conhecimento e demonstração aplicada às suas cavidades vulcânicas.

Vamos implementar o Plano Regional da Água. A nossa aposta neste domínio é bem clara. Está em preparação a elaboração de um estudo de concepção geral de um Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Região Autónoma dos Açores, que pretende avaliar as necessidades de investimento e o modelo mais favorável para a sua implementação.

As lagoas dos Açores, para além da sua importância paisagística, turística e ecológica, são fundamentais na dinâmica hidrológica das ilhas e constituem valiosas reservas de água, pelo que a garantia da sua qualidade é um dos mais importantes desafios na gestão dos recursos hídricos da Região.

Avançaremos com determinação para a implementação das medidas e das acções decorrentes da aprovação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Gabinete da Secretária Regional

Lagoas das Furnas e das Sete Cidades, processo este que quero que seja amplamente participado pelos habitantes destes territórios.

Gostaria, ainda, de realçar a importância que nos merece a existência de definição de políticas estratégicas para a Região. Após a realização, aprovação e implementação, na anterior legislatura, do Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores, e, igualmente, do lançamento do Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais, assim como do lançamento da revisão do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, ficaremos, a muito curto prazo, com a definição e concretização de políticas horizontais e sectoriais sobre os vários tipos de resíduos. De referir, neste capítulo, a forte aposta que este Governo continuará a fazer na implementação de uma correcta política ambiental de redução, reutilização e reciclagem de todos os tipos de resíduos, facto este que se reflecte na firme vontade de termos uma Região mais limpa. Até porque todos os sistemas de Gestão de Resíduos da União Europeia terão de promover a reciclagem de 25% dos seus resíduos, de acordo com as directrizes comunitárias, quando em Portugal e aqui nos Açores a média é muito mais baixa.

Por último, continuaremos a implementar o Plano de Gestão da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e dos objectivos decorrentes do Estatuto de Património Mundial.

Continuaremos a implementar parcerias técnico-científicas com instituições vocacionadas na área do Ambiente e a reforçar os projectos e acções de promoção, educação e sensibilização ambiental em parcerias com as organizações não governamentais.

Nesta corrida pelo futuro, as questões ambientais mobilizam a nossa atenção, o nosso esforço, a nossa vontade de continuar a mudar os Açores para melhor.

Os problemas com a água, com o saneamento básico, o tratamento dos resíduos, a preservação dos espaços verdes, os parques e os jardins, a plantação de árvores, a preservação das espécies, a limpeza e a conservação das linhas de água, a implementação dos planos das bacias hidrográficas e a defesa intransigente de uma política que assegure a preservação do meio ambiente e da biodiversidade constituem um conjunto de acções que vão significar a projecção e a afirmação dos Açores como Região amiga do Ambiente na Europa e no Mundo.

Este é o desafio que proponho. Este é o desafio que vale a pena travar em defesa do nosso futuro colectivo. Um desafio que vale a pena vencer.”

GaCS/JSF